

## Sepe não aceita que aposentados recebam os salários depois do pessoal da ativa

O Sepe recebeu com indignação a notícia de que os aposentados/pensionistas que tem vencimentos líquidos acima de 2 mil reais não vão ter seu benefício depositado no dia 14 de abril. É importante ressaltar que o dia 14 de abril (décimo dia útil) já é um desrespeito aos servidores, aposentados e pensionistas, que até o final do ano passado recebiam muito antes disso.

O temor das ocupações dos estudantes e a força da greve da Rede Estadual obrigaram o governo a mudar sua intenção de atrasar o salário dos trabalhadores que estão nas escolas. E fez a opção covarde de atacar os direitos dos aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro.

Com essa decisão o Governo do Estado coloca a conta da crise de maneira ainda mais forte sobre as costas daqueles mais vulneráveis. O Sepe, que já havia se insurgido frente a mudança na data do pagamento, por intermédio do seu Departamento

Jurídico, prepara, nesse momento, uma ação que impeça ou diminua os efeitos desse desrespeito contra os aposentados e pensionistas.

Lembramos ao governador em exercício, Francisco Dornelles, que os servidores aposentados já contribuíram muito para o funcionamento do estado, assegurando inclusive, sua contribuição social mensalmente sem atrasar um único dia no desconto em seus salários durante décadas. Justamente neste momento da vida em que mais necessitam ter assegurados seus direitos, o governo propõe atrasar ainda mais o pagamento do salário.

Nossos aposentados representam o maior legado social deste sindicato. Foram eles que participaram de todas as lutas até aqui e muitos deles fundaram o Sepe em 1977. Com isso, afirmamos: nenhum segmento da categoria ficará para trás - aposentado, sim, Educador, sempre, Inativos nunca!

## Ataques no Rio e no Congresso Nacional com o PL 257

Os ataques do governo do estado aos servidores têm relação direta com o PL 257 em tramitação no Congresso e que busca desvincular as aposentadorias do salário mínimo, arrocho salarial e privatizações de empresas estatais.

O PL 257 vincula medidas como aprovação de nova lei de responsabilidade fiscal e criação desta em níveis estaduais; a privatização não clássica com a instituição de previdência complementar (privada); admite a possibilidade de a União aceitar ativos do estado para fins de aposentadoria (transmutação da previdência estadual para o INSS); reforma a previdência de forma equivocada, não incidente ao topo da pirâmide social (quem tem mais, tem que contribuir mais); proibição de concursos públicos (ampliação do número de servidores, que somente poderão ser substituídos com terceirizações); instituição do Programa de Demissões Voluntárias (como o realizado no governo FHC nas Universidades Federais, com a ameaça de fim da universidade pública).

O PL 257 abre espaço para a entrada do servidor ter-

ceirizado no quadro de gastos com pessoal do estado. Tal medida segue a linha de estabelecer uma maior dificuldade para reajustes salariais e facilitar a transferência de dinheiro público para instituições privadas, além de representar o fim do serviço público, como já está em andamento no estado de Goiás.

Também traz, o PL 257, a orientação de congelamento de salários durante dois anos, ampliando assim o prazo sem reajuste salarial dos servidores públicos do RJ para 4 anos sem sequer reajustes inflacionários, visto que a categoria já está há dois anos sem recomposições salariais previstas em lei.

Os servidores públicos federais aprovaram o dia 14 como um dia nacional de luta contra o PL 257 que precisa ser combatido e derrotado para garantir o atendimento dos serviços públicos essenciais à população. O Sepe reafirma sua posição contrária ao projeto e repudia o ataque aos trabalhadores, principalmente aposentados e pensionistas, que exigem que seus direitos sejam cumpridos.

# Audiência com a SEEDUC discute pauta pedagógica

No dia 12 de abril, os coordenadores do Sepe e um representante do comando de greve se reuniram com a SEEDUC para discutir a pauta pedagógica dos profissionais de educação da rede estadual, em greve desde 02/03.

A reunião foi realizada com a presença de representantes da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, Subsecretaria Executiva e Subsecretaria de Ensino, além dos deputados Waldeck Carneiro (PT), da Comissão de Educação, e Eliomar Coelho (PSOL) da Comissão de Orçamento e Finanças.

1) 1/3 de planejamento: a SEEDUC irá apresentar o cronograma de implementação que será analisado em uma nova reunião com o Sepe, agendada

para a sexta-feira, dia 15/04;

2) Nenhuma disciplina com menos de dois tempos de aula: a Secretaria apresentará uma proposta de uma nova matriz curricular para ser implementada em 2017;

3) Uma matrícula, uma escola: a Secretaria esclarece que 91% dos profissionais da rede já estão lotados em apenas uma escola. A SEEDUC irá apresentar ao Sepe um quadro atualizado por Metropolitana com o quantitativo dos profissionais que ainda estão em mais de uma escola – estes professores serão posteriormente convocados para regularizarem a situação;

4) A SEEDUC também informou que irá publicar uma resolução regulamentando os critérios para gozar a Licença Especial a partir do segundo semestre.

## SEEDUC apresenta proposta de cronograma de pagamento dos salários da ativa

Logo após a audiência sobre a pauta pedagógica, os coordenadores do sindicato se reuniram com o chefe de Gabinete da SEEDUC Caio Castro. Como a audiência com Dornelles havia sido transferida para sexta, Caio Castro foi autorizado pelo governo a antecipar o que seria discutido com o governador. Eis os pontos informados pelo chefe de Gabinete:

1) O governo apresentou o seguinte cronograma de pagamento do salário integral para os profissionais: abril, pagamento no 8º dia útil (pago em maio); maio, no 6º dia útil (junho); junho, no 4º dia útil e de julho em diante no 2º dia útil.

2) A questão do pagamento dos aposentados será discutida diretamente com o secretário de Fazenda Júlio Bueno;

3) Eleição para a direção de escola: a SEEDUC concorda com o pleito (que ela chama de “consulta”). Os critérios da eleição serão debatidos em audiência com a Comissão de Educação e o Sepe na ALERJ;

4) Enquadramento por Formação: ainda depende de recursos, mas Caio Castro adiantou como se dará o cronograma de pagamento: o governo vai pagar, inicialmente, os processos de 2013 (nº de processos: 4.200 docentes) e na sequência os processos de 2014 (2.700 docentes), 2015 (2.500 docentes) e 2016 (2.500 docentes);

5) 30 horas para funcionários: SEEDUC não se opõe e a minuta do projeto de lei que cria a carga

horária de 30 horas está sendo feito pela Liderança do governo na ALERJ;

6) Salário dos funcionários: o Sepe também questionou a situação dos funcionários de escolas, que recebem menos que o salário mínimo nacional;

7) O Sepe reivindicou a suspensão total do Plano de Metas/SAERJ/GIDE; Castro afirmou que o número de provas será reduzido para uma ou duas, no máximo, por ano (são 4 atualmente). Segundo o chefe de Gabinete, essa redução proporcionaria uma economia ao estado de cerca de R\$ 3 milhões.

8) Sepe cobrou o reajuste salarial e lembrou que a categoria não teve nenhum reajuste desde 2015: Castro respondeu que o governo não tem recursos.

### URGENTE

**O presidente da Alerj, Jorge Piciani, e outros 42 deputados estaduais defendem que o governo suspenda o pagamento da dívida do estado com a União, que representa um custo de cerca de R\$ 800 milhões por mês, para pagar os salários dos servidores e aposentados.**

**URGENTE 2: O desembargador Milton Fernandes de Souza concedeu liminar pedida pelo Sepe determinando que o governo não corte o ponto e desconte os salários dos profissionais de educação em greve.**